

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do Povo

Class.: 443

Data: 20.09.68

Pg.: _____

AMEAÇA AOS ÍNDIOS

Moysés Westphalen

"Nosso melhor recurso hoje consiste Em formar, no segredo mais severo, de enganos e ardis um firme plano Já que efetuar-lo à força não é dado".
Paraiso Perdido, Canto I - Milton

Movimenta-se o Governo da União em favor da proteção dos Índios. As forças armadas sempre estiveram, por força da Lei, prontas a garantir o índio e sua organização tribal.

Os propósitos de punir os espoliadores e assassinos de índios hoje, são claros.

Os sentimentos dos brasileiros estão a favor dos silvícolas. As opiniões são quase unânimes em justificar as medidas protetoras. Os atos do Governo Federal são inequívocos.

Vence a fraternidade. Espera-se a redenção, depois de tantos crimes.

No Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa organizou uma Comissão de Inquérito com a finalidade de investigar o que se passa com os índios entre nós, especialmente com as terras deles. A CPI desincumbiu-se de sua missão após longa e inquietante espera. O relator da Comissão emitiu parecer reconhecendo a propriedade dos índios sobre as terras que ocupavam, demarcadas há mais de 50 anos, e que hoje lhes são usurpadas.

A CPI aprovou o parecer do relator. É sinal de que o Rio Grande não perdeu a sua tradição política. O respeito à liberdade e à proteção dos povos fracos e atrasados, recebem sanção dos gaúchos.

Essa é a significação política da decisão da CPI. A aprovação do parecer no seio da Comissão,

no entanto, não foi nada unânime. Isso é resultado de posições pessoais divergentes. Revela que ainda há uma certa confusão e que um pequeno grupo não compreendeu a fundo o aspecto jurídico e social do problema ou se compreendeu, o que seria mais grave, sobrepõe as dificuldades materiais aparentes e as conveniências eleitorais à eminência moral da questão. As consequências do reconhecimento da propriedade dos índios assustam os fracos e os interessados.

Há, também, o receio de contrariar o Executivo com obrigação de cumprimento imediato, decorrentes de uma atitude política de alto gabarito e elevada moralidade.

O parecer da CPI vai, em breve, a plenário para votação. A resolução a ser tomada pela Assembleia significará o pronunciamento decisivo do órgão legislativo do governo.

As resoluções dessa ordem orientam-se por princípios morais e políticos que não podem ser postos em confusão ou omitidos, sob pretexto de dificuldades materiais.

Essas nunca serão espantinho a um povo corajoso e a um governo digno desse nome.

A devolução aos índios das terras usurpadas não é uma me-

tida tão difícil como apregoam os interessados alarmados.

O Governo do Estado, tem se mostrado capaz de realizar providências inspiradas em motivos semelhantes de necessidade social, como a colonização do Banhado do Colégio, da Fazenda do Sarandi e agora, a remoção de centenas de famílias do Passo Real.

Se o Governo não vacila, em proceder assim, espontaneamente, quanto mais fácil será prover o cumprimento da lei e da moral fazendo devolver aos legítimos donos a coisa roubada.

Assim, a remoção dos intrusos das terras dos índios é a devolução de suas reservas florestais não são tarefas do outro mundo. Podem ser obstaculizadas pelo submundo do crime e da ambição.

Os concessionários ilegais, os intrusos, as serrarias, os políticos, enfim, o aproveitadores dos bens dos índios, moverão mundos e fundos para impedi-los. Urdirão uma tela de enganos e ardis com o objetivo de enredar e impedir a ação dos governos.

Não podendo usar a violência, tentarão prosseguir, subrepticiamente, com a vergonhosa exploração e conseqüente extermínio dos índios.

É uma ameaça permanente.